



A Santa Sé

MENSAGEM DE SUA SANTIDADE

PAPA PAULO VI

PARA A CELEBRAÇÃO DO

II DIA MUNDIAL DA PAZ

1 DE JANEIRO DE 1969

A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM, CAMINHO PARA A PAZ

A todos os homens de boa vontade, a todos aqueles sobre quem pesa a responsabilidade do curso da história, no presente e no futuro;
por conseguinte, aos Guias da política, da opinião pública, da orientação social, da cultura e das escolas;

a toda a juventude que se rebela, na ânsia de uma renovação mundial, com um brado humilde e livre, que parte do deserto de todo e qualquer interesse terreno, nós queremos, uma vez mais, anunciar a implorante e solene palavra:

Paz!

Paz está hoje intrinsecamente ligada ao reconhecimento ideal e à instauração efectiva dos Direitos do Homem. A estes direitos fundamentais corresponde também um dever fundamental, que é exactamente a *Paz*.

A Paz é um dever.

Tudo o que o mundo contemporâneo está a comentar, dia a dia - sobre o desenvolvimento das relações internacionais, sobre a interdependência de interesses dos Povos, sobre o acesso dos novos Estados à liberdade e à independência, sobre os esforços que a civilização está a envidar

para atingir uma organização jurídica unitária universal, sobre os perigos de catástrofes incalculáveis, na eventualidade de novos conflitos armados, sobre a psicologia do homem moderno, desejoso de uma prosperidade serena e de relações humanas universais, sobre o progresso do ecumenismo e do respeito mútuo das liberdades pessoais e sociais - tudo isto nos persuade de que a Paz é um bem supremo da vida do homem sobre a terra, um interesse de primeira ordem, uma aspiração comum, um ideal digno da humanidade, senhora de si e do mundo, uma necessidade para manter as conquistas já alcançadas e para conseguir ainda outras, uma lei fundamental para a circulação do pensamento, da cultura, da economia e da arte, e uma exigência insuprível na visão dos destinos humanos. Porque a Paz é a segurança, a Paz é a ordem.

Sim, é uma ordem justa e dinâmica, digamos, que se deve construir continuamente. Sem a Paz não há confiança e sem confiança não há progresso; mas, uma confiança, devemos acrescentar, radicada na justiça e na lealdade. Com efeito, só no clima da Paz se afirma o direito, progride a justiça e respira a liberdade. Sendo assim, se tal é o sentido da Paz, se este é o valor da Paz, a Paz é um dever.

É o dever da história presente. Quem souber reflectir nos ensinamentos que a história passada nos proporciona acabará bem depressa por declarar absurdo o retorno às guerras, às lutas, aos morticínios, às ruínas geradas pela psicologia das armas e das forças contrastantes, que leva à morte de homens, cidadãos da terra, pátria comum da nossa vida no tempo. Quem possuir o sentido do homem não pode deixar de ser um fautor da Paz. Quem meditar sobre as causas dos conflitos entre os homens deve reconhecer que elas denunciam lacunas do espírito humano, a não existência das virtudes autênticas para a sua grandeza moral.

A necessidade da guerra poderia ter uma justificação só em condições excepcionais e deprecáveis de facto e de direito, as quais não deveriam doravante verificar-se na sociedade mundial moderna. É a razão, não a força, que deve decidir os destinos dos povos. O entendimento, as negociações, a arbitragem é que devem intercorrer nas relações difíceis entre os homens; não o ultraje, o sangue, ou a escravidão. E também não é uma trégua precária, um equilíbrio instável, um terror das represálias e da vingança, uma violência coroada de êxito, uma prepotência afortunada, o que pode ser garantia de Paz, digna de tal nome. A Paz é necessário querê-la; a Paz é necessário amá-la; a Paz é necessário produzi-la. Deve, portanto, brotar de espíritos livres e generosos. Ela poderá parecer um sonho; mas, um sonho que se torna realidade, em virtude de uma concepção humana nova e superior.

Um sonho, dizíamos, porque a experiência destes últimos anos e o levantarem-se recentemente conturbadas correntes de pensamento, desviadas no sentido do mal - acerca da contestação radical e anárquica, acerca da violência legítima e necessária em qualquer caso, acerca da política da potência e da dominação, acerca da corrida armamentista e do fazer firmeza nos métodos da insídia e do engano, acerca do carácter inelutável das demonstrações de força, etc. -

parecem querer sufocar a esperança no ordenamento pacífico do mundo. Mas esta esperança permanece, porque deve permanecer mesmo. Ela é a luz do progresso e da civilização. O mundo não pode renunciar ao seu sonho de Paz universal. E, por isso mesmo que a Paz está sempre em devir, porque ela é sempre algo de incompleto, porque é sempre frágil, porque está sempre insidiada e porque é sempre difícil, nós a proclamamos como um dever, um dever indeclinável.

A Paz é dever dos responsáveis pela sorte dos Povos; é-o igualmente de cada um dos cidadãos do mundo, por isso mesmo que todos devem amar a Paz, todos devem contribuir para criar aquela mentalidade pública, aquela consciência comum que a torna desejável e possível. A Paz deve estar primeiramente nos espíritos, para poder verificar-se depois nos acontecimentos.

Sim, a Paz é um dever universal e perene.

Precisamente para reavivar a lembrança deste axioma da civilização moderna, nós convidamos o mundo a celebrar também para o ano que vai começar - 1969, o « Dia da Paz », no primeiro do mês de Janeiro próximo. É simultaneamente um voto, uma esperança e um compromisso - a primeira luz do sol do ano novo deve irradiar sobre terra também a luz da Paz.

Nós acalentamos a esperança de que, entre todos, sejam os Jovens a acolher este convite, como que o chamariz, capaz de interpretar tudo aquilo que de novo, de pujante de vida e de grande se agita nos seus ânimos exacerbados, porque, afinal, a Paz exige a revisão dos abusos e coincide com a causa de justiça.

Este ano, efectivamente, há uma circunstância que favorece para todos a nossa proposta: comemorou-se ainda há pouco o XX aniversário da proclamação dos Direitos do Homem. Trata-se de um acontecimento que diz respeito a todos os homens: indivíduos, famílias, grupos, associações e Nações. Ninguém o deve esquecer, a ninguém ele deve passar despercebido, porque a todos ele faz uma interpelação, no sentido daquele reconhecimento fundamental de uma cidadania digna e plena de cada homem sobre a terra. E promana deste reconhecimento o título primigénio para a Paz, que constitui exactamente o tema para o « Dia Mundial da Paz », que se enuncia assim: « a promoção dos Direitos do Homem, caminho para a Paz ».

Na verdade, para que ao homem seja assegurado o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à cultura, a desfrutar dos bens da civilização, à dignidade pessoal e social, é necessária a Paz. Onde quer que esta venha a perder o seu equilíbrio e a sua eficiência, os Direitos do Homem tornam-se precários e ficam comprometidos; onde não há Paz, o direito perde o seu carácter humano. Por outro lado, onde não há respeito, defesa e promoção dos Direitos do Homem - quer dizer, onde se comete violência ou fraude contra as suas liberdades inalienáveis, onde se ignora ou se degrada a sua personalidade, onde se observam discriminações, escravatura e intolerância - aí não pode existir verdadeira Paz. Porque Paz e Direito são reciprocamente causa e efeito entre si: a Paz favorece o Direito e, por sua vez, o Direito favorece a Paz.

Esperemos que estas razões sejam válidas para todas as pessoas, para todos os grupos de pessoas e para todas as Nações; além disso, que a própria importância transcendente da causa da Paz difunda a sua reflexão e promova a sua aplicação.

Paz e Direitos do Homem, eis pois o objecto dos pensamentos com que desejaríamos que os homens inaugurassem o ano que breve vai começar. O nosso convite é sincero e não esconde qualquer outro fim que não seja o bem da humanidade. A nossa voz é fraca, mas clara; ela é o apelo de um amigo, que desejaria ver-se atendido, não por causa de quem lança tal apelo, mas sobretudo por causa daquilo que diz.

É ao mundo que a nossa voz se dirige: ao mundo que pensa, ao mundo que pode, ao mundo que cresce, ao mundo que trabalha, ao mundo que sofre e ao mundo que espera.

Oh! que ela não se perca! A Paz é um dever!

A esta nossa mensagem não pode faltar a força que lhe provém do Evangelho, do qual somos ministro, o Evangelho de Cristo.

Como exactamente sucede com o Evangelho, também ela se dirige a quantos se acham espalhados pelo mundo.

Mas, é mais directamente a vós, venerados Irmãos no Episcopado e Filhos e Fiéis caríssimos da Igreja Católica, que nós repetimos o convite para a celebração da « Dia da Paz »: convite que aliás não é nosso, mas do Senhor, o Qual nos quer obreiros da Paz, convencidos e solertes, como condição para sermos do número dos bem-aventurados, assinalados com o nome de filhos de Deus (Cfr. *Mt.* 5, 9).

A vós, pois, se dirige a nossa exortação particularmente: quereríamos que ela ressoasse como um grito de alerta, porque, para nós que cremos, a Paz assume um significado ainda mais profundo e misterioso; para nós ela atinge valor de plenitude espiritual e de salvação pessoal, além de colectiva e social; a Paz terrestre e temporal, para nós, é reflexo e prelúdio da Paz celeste e eterna.

A Paz para nós, Cristãos, não é somente um equilíbrio exterior, uma ordem jurídica, um conjunto de relações públicas disciplinadas; para nós a Paz é, antes de mais nada, o resultada da actuação dos desígnios de sapiência e de amor, com que Deus quis instaurar relações sobrenaturais com a humanidade. A Paz é o primeiro efeito desta nova economia, a que nós chamamos a Graça; « graça e paz » repete o Apóstolo; é um dom de Deus, que se torna estilo da vida cristã, é uma fase messiânica, que reflecte a sua luz e a sua esperança também sobre a cidade temporal e que fortalece com razões bem mais elevadas aquelas mesmas razões sobre as quais ela assenta a sua paz.

Na verdade, à dignidade de cidadãos do mundo a Paz de Cristo acrescenta a de filhos do Pai celeste; à igualdade natural dos homens ela ajunta a da fraternidade cristã; às desavenças humanas, que sempre comprometem e violam a paz, aquela Paz de Cristo enfraquece os pretextos, contesta os motivos e aponta-lhes as vantagens de uma ordem moral ideal e superior e revela-lhes ainda a prodigiosa virtude religiosa e civil do perdão generoso; à insuficiência da habilidade humana para criar uma paz sólida e estável, a Paz de Cristo fornece o auxílio do seu optimismo inexaurível; à falsidade da política do prestígio orgulhoso e do interesse material, a Paz de Cristo sugere a política da caridade; à justiça, muitas vezes cobarde e impaciente, que afirma as suas exigências com o furor das armas, a Paz de Cristo infunde a coragem invencível do direito, haurido das razões profundas da natureza humana e do destino transcendente do homem. E, acentue-se ainda, que não é medo da força e da resistência a Paz de Cristo, a qual recebe o seu espírito do sacrifício que redime; não é fraqueza transigente perante as desgraças e as deficiências dos homens, sem sorte e sem defesa, esta Paz de Cristo, pois ela possui a compreensão da dor e das necessidades humanas e sabe encontrar oportunamente amor e dádivas para os pobres, para os fracos, para os deserdados, para os que sofrem, para os que são humilhados e para os vencidos. Por outras palavras: a Paz de Cristo, mais do qualquer outra fórmula humanitária, é solícita pelos Direitos do Homem.

É isto, Irmãos e Filhos do mundo todo, que quereríamos que vós vos empenhásseis em lembrar e em anunciar no « Dia da Paz », sob cujo signo se inicia o Ano Novo, em nome de Cristo, Rei da Paz e Defensor por excelência de todo e qualquer autêntico direito humano.

A nossa Bênção Apostólica, para que assim seja!

Vaticano, 8 de Dezembro de 1968.

PAULUS PP. VI